

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.273.674 - AM (2018/0073783-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

AGRAVANTE : CLARO S.A

ADVOGADOS : JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA E OUTRO(S) - AM003808

JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA - AM008340

VIVIAN MENDONÇA MARTINS - AM009403

CESAR ITUASSU DA SILVA NETO - AM009506

AGRAVADO : OZÔNIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ADVOGADOS : FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR - AM004563

JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA E OUTRO(S) - AM004040

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL
- INSCRIÇÃO INDEVIDA - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO
CRÉDITO - DANO PURO:**

- A inscrição indevida nos serviços de proteção ao crédito caracteriza, por si só, dano moral.

- O montante estabelecido a título de reparação moral - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) se mostra compatível á realidade dos fatos, não merecendo qualquer reparo.

RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Os embargos de declaração tiveram o provimento negado (e-STJ, fls. 552-558).

Nas razões do recurso especial, a parte ora agravante aponta violação dos arts. 373, 489 e 1022 do Código de Processo Civil/2015 e 944 do Código Civil.

Defende a revisão do valor fixado a título de indenização por danos morais (R\$ 20.000,00) eis que exorbitante.

Alega ausência de comprovação à violação da honra objetiva da recorrida.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 504/512).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo

Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

No tocante à ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, verifico que essa não merece prosperar, pois trata-se de argumentação genérica e que não menciona qual questão imprescindível ao deslinde da controvérsia teria sido omitida no julgamento da causa, limitando-se o recorrente a discorrer sobre a violação do dispositivo legal sem fazer conexão com nenhuma mácula no acórdão recorrido, de modo que se tem por inafastável a incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NO JULGADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. ASTREINTES. COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. A decisão que arbitra astreintes não faz coisa julgada material, visto que é apenas um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, podendo ser modificada a requerimento da parte ou de ofício, para aumentar ou diminuir o valor da multa, ou, ainda, para suprimi-la.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1457982/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 6/9/2017)

Quanto à alegada ausência de comprovação de dano à honra da recorrida, o Tribunal de origem fundamentou nos seguintes termos (e-STJ, fl. 308):

Restou demonstrado, das provas carreadas aos autos, que a apelante realmente praticou ato que deve ser considerado ilícito, causando prejuízo à outrora autora, devendo ser responsabilizada civilmente.

Portanto, constato presentes os requisitos da responsabilização, ou seja, a ação ilícita - a cobrança irregular e a conseqüente negativação da apelada, o dano - a negativação em si, o nexo causai, surge o dever de reparar, que somente pode ser afastado em caso da

presença de um dos excludentes de culpabilidade, o que não ocorre no caso em questão.

A culpa, no caso de direito consumerista, como no caso em questão, prescinde de demonstração, posto que se trata de caso de responsabilização objetiva, em que a culpa está presumida.

Nesse aspecto, a reforma da conclusão do Tribunal de origem demandaria reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANO MORAL - COMPROVAÇÃO - SÚMULA 7/STJ - QUANTUM INDENIZATÓRIO - INOVAÇÃO RECURSAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1.- Os argumentos utilizados para fundamentar a pretensa violação legal somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o reexame das provas, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa da estampada no Acórdão recorrido, reavaliar o conjunto probatório. Dessa forma, a convicção a que chegou o Acórdão decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz da Súmula 7 desta Corte.

[...].

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 516.177/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, DJe 1º/09/2014)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PROVA DO ABALO À HONRA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. O suporte jurídico que lastreou o acórdão ora hostilizado emergiu da análise de fatos e provas pelas instâncias ordinárias. Rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento exigiria reapreciação da situação fática, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 347.831/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/3/2014, DJe

25/3/2014)

No mais, o Tribunal de origem fixou o dano moral no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com base no conteúdo fático-probatório produzido nos autos. Nesse sentido imperiosa se faz a incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ, ante o necessário reexame de matéria fática e probatória.

É certo que o Superior Tribunal de Justiça considera, excepcionalmente, cabível, em recurso especial, o reexame do valor arbitrado a título de danos morais, quando excessivo ou irrisório (AgRg no REsp 959.712/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 30.11.2009 e AgRg no Ag 939.482/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe de 20.10.2008, entre outros).

Observe, todavia, que a quantia arbitrada pelo Tribunal estadual mostra-se dentro dos padrões da razoabilidade e proporcionalidade, não se mostrando desproporcional à lesão, de modo a ensejar sua alteração em grau de recurso especial.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora